

## Pregão Eletrônico

---

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### **INTENÇÃO DE RECURSO:**

Manifestamos intenção de recurso contra a declaração de vencedora da empresa D&L por haverem erros insanáveis em sua proposta de preços e documentos de habilitação.

**Fechar**

## Pregão Eletrônico

---

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### **INTENÇÃO DE RECURSO:**

Com base nos preceitos constitucionais da ampla defesa e do contraditório, manifestamos intenção de recurso contra a licitante declarada vencedora do certame, a D & L , em face das inconsistências observadas em sua documentação, em especial quanto a sua qualificação econômico-financeira apresentada para fins de habilitação, o que será demonstrado em peça cujas razões serão apresentadas no prazo estabelecido.

**Fechar**

## Pregão Eletrônico

---

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### **INTENÇÃO DE RECURSO:**

Manifestamos tempestivamente intenção de recurso contra a empresa declarada vencedora D & L SERVIÇOS, pois foi constatado erro nos cálculos para os valores de benefício, gerando uma vantagem competitiva de R\$ 43.658,94, prejudicando o valor final da planilha. Bem como, apresentou valores inexecutáveis em outros itens. Outros erros serão apresentados posteriormente em nosso Recurso Administrativo Hierárquico formal.

**Fechar**

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### RECURSO :

AO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Referência:  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2022.  
PROCESSO Nº 0011260-54.2021

APECÊ SERVICOS GERAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 00.087.163/0005-87 pessoa jurídica de direito privado, localizada no SCIA, quadra 13, conjunto 03, lote 09, 71.250-200, Brasília/DF, comercial@apcfacilities.com.br, já devidamente qualificada no presente procedimento licitatório, vem respeitosamente à presença de V. Senhoria, na forma do art. 17 do Decreto nº 10.024/2019 e do Presente Edital de Licitação, apresentar suas Razões em Recurso Administrativo, o que faz com base nos elementos a seguir apontados.

Presentes os seus requisitos de admissibilidade, requer sejam as RAZÕES juntadas aos autos e conseguinte julgamento para que surtam os efeitos legais e necessários.

#### I – Breve Histórico:

Trata-se de pregão eletrônico cujo objeto envolve a prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização, com cessão de mão de obra residente e com fornecimento de material de consumo e equipamentos, sob o regime de empreitada por preço global, observando-se o regime unitário apenas em relação ao fornecimento dos materiais, das áreas internas e externas do edifício-sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

A empresa D & L SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA sagrou-se vencedora no certame, o que merece reforma, pois, como se verá nessa peça recursal, há inconsistências que merecem atenção dessa respeitável equipe condutora do pregão, o que lhes permitirá mudanças de interpretação e condução para aquela que alcançou as melhores condições e documentação para habilitação, classificação e vitória.

#### Das razões recursais

#### II – Da Qualificação Econômico-Financeira da Recorrida:

Inicialmente, destaque-se que a D & L SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA, ora RECORRIDA, é uma “sociedade limitada e tem como principais objetivos a prestação de serviços de limpeza em prédios e em domicílios assim como o Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros...”.

Portanto, como ela ressalta e ratifica em suas demonstrações contábeis, sua atuação se concentra na prestação de serviços de limpeza e conservação, segmento que tem como característica inarredável o emprego intensivo de mão de obra, eis que o fim do tipo de contrato no qual busca integrar é de terceirização de mão de obra, haja vista que tal prática é o que permite ao órgão delegar determinadas atividades sem precisar contratar diretamente novos funcionários, esse é o cenário. Em face de tal característica de segmentação de atuação, depreende-se, forçosamente, que seu maior custo se refira a salários e encargos sociais, como é patente e notório em todas as empresas que atuam nesse ramo (fornecimento de mão de obra). Sendo, inclusive, essa uma das preocupações maiores nos Editais de Licitação.

Nesse aspecto, inclusive, destaque-se a composição de custos estimativos, tecnicamente confeccionada pelo TRE/BA e anexada ao edital da licitação, servindo de parâmetro (preço máximo) para o julgamento do certame. Nela, é realizado o escopo de todo o contrato que visará executar, no qual procura-se prever quais serão os custos envolvidos, bem como os prazos de execução. Porém, como o orçamento envolve diversos elementos, com inúmeros cálculos, ele exige uma atenção especial para que os erros ou equívocos de interpretação sejam evitados ao máximo, trazendo prejuízos à administração pública.

Portanto, a própria estimativa de custos anexada ao edital reforça a majoritária participação do grupo composto por salários e encargos sociais no total dos custos desse tipo de prestação de serviços, que tem como característica primordial, como já destacado, o emprego de mão de obra intensiva.

Ainda há que se destacar, dentre os documentos anexados às Demonstrações Contábeis do ano de 2021 da ora Recorrida (D&L), a “Demonstração de Resultado do Exercício” e a “Demonstração do Valor Adicionado”.

Para compor seu preço, a RECORRIDA apresentou composição de custos que considerou alíquotas efetivas de PIS e COFINS (0,40% e 1,82%, respectivamente) que, no entender desta Recorrente, s.m.j., apresentam uma série de inconsistências, em face da documentação fiscal/contábil juntada, inconsistências essas que necessitam de esclarecimentos urgentes e inarredáveis, conforme adiante se verá.

Conforme documentos juntados para fins comprobatórios de alíquotas efetivas consideradas, quanto ao PIS/COFINS, a Recorrida juntou o “Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital”, que atesta sua tributação com base no LUCRO REAL, sendo, portanto, regida pelas Leis 9.430/96, 8.541/92, 10.833/03 e demais legislações correlatas.

Por último, mas não menos importante, de se destacar que a ora RECORRIDA declara na sua “Demonstração de Resultado do Exercício” que 100% de sua receita provém da venda de serviços.

Sendo assim, importante tecer considerações sobre a aplicação do PIS e COFINS na hipótese do Lucro Real, regime

optante pela RECORRIDA.

## II.1 - Do PIS e COFINS:

A Secretaria de Gestão orienta os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (Sisg) sobre o aproveitamento de créditos tributários nas contratações de prestação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra, celebradas com empresas optantes pelo regime de lucro real (com direito à incidência não cumulativa de contribuições ao PIS e COFINS).

Na elaboração dos termos de referência e editais, os órgãos e entidades deverão exigir que os licitantes, quando tributados pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, cotem na planilha de custos e formação de preços (que detalham os componentes dos seus custos) as alíquotas médias efetivamente recolhidas dessas contribuições.

Isso porque as empresas submetidas a tal regime, conforme normativos vigentes, podem realizar o abatimento de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos, tais como insumos, aluguéis de máquinas e equipamentos, vale transporte, dentre outros, fazendo com que os valores dos tributos efetivamente recolhidos sejam inferiores às alíquotas de 1,65% (PIS) e 7,60% (COFINS).

Como é notório no mundo tributário, a legislação que trata da não cumulatividade do PIS e da COFINS prevê a possibilidade de creditamento sobre bens e serviços, utilizados como insumo na prestação de serviços e na produção ou fabricação de bens ou produtos destinados à venda. (II, 3º, das Leis 10637/02 e 10.833/03)

No caso ora em tela, não será necessária a análise casuística e específica da atividade exercida pelo contribuinte para efeitos de classificação de insumos, conquanto as Leis de regência das referidas contribuições (com a alteração feita pelo legislador em 2009) preveem expressamente a possibilidade de creditamento nesta hipótese (X, 3º, das Leis 10637/02 e 10.833/03), a saber:

Art. 3º Do valor apurado na forma do art. 2º a pessoa jurídica poderá descontar créditos calculados em relação a:

(...)

II - bens e serviços, utilizados como insumo na prestação de serviços (...)

III - energia elétrica e energia térmica, inclusive sob a forma de vapor, consumidas nos estabelecimentos da pessoa jurídica;

IV - aluguéis de prédios, máquinas e equipamentos, pagos a pessoa jurídica, utilizados nas atividades da empresa;

(...)

X - vale-transporte, vale-refeição ou vale-alimentação, fardamento ou uniforme fornecidos aos empregados por pessoa jurídica que explore as atividades de prestação de serviços de limpeza, conservação e manutenção. (Incluído pela Lei nº 11.898, de 2009)

Sobre aspectos de incidência, gastos com alimentação, segundo a Receita, o direito da pessoa jurídica que explore as atividades de prestação de serviços de limpeza, conservação e manutenção, aos créditos de PIS e COFINS apenas se materializam com o fornecimento vale-refeição ou vale-alimentação dos empregados que atuem diretamente nessas atividades, conforme previsto em legislação específica. Em relação aos gastos com transporte, de igual sorte, o Fisco federal somente reconhece o direito de crédito de PIS e COFINS pela pessoa jurídica que explore as atividades de prestação de serviços de limpeza, conservação e manutenção quando ele se concretiza com a utilização do fornecimento de vale-transporte, nos termos da legislação vigente. Quanto aos gastos com fardamento, na hipótese de aquisição de uniforme e de mais vestimentas utilizadas pelos empregados que atuam no processo de produção de bens ou na prestação de serviços (comprovadamente por meio de Nota Fiscal) ensejará o respectivo crédito de PIS e COFINS.

Diante das considerações iniciais, no mínimo, há latentes inconsistências quanto às alíquotas finais apresentadas pela Recorrida, em face das deduções apresentadas, o que resultou na diminuição dos custos finais, podendo ter levado ao julgamento equivocado da proposta considerada vencedora do certame.

Seguindo essas linhas contábeis do custo apresentado, fica evidente a incongruência quanto à apresentação dos percentuais de PIS e COFINS, sobretudo quando se trata de LUCRO REAL, cujo a referência no Edital é exatamente no sentido do que prevê a legislação vigente.

## II.2 - Créditos Descontados - Apuração das Alíquotas Efetivas pela D&L:

Antes de iniciarmos a discussão, é importante destacar que a D&L declara em sua Demonstração de Resultado do Exercício que seu "CUSTO DA MERCADORIA/SERVIÇOS VENDIDOS", que contempla TODOS OS CUSTOS INCORRIDOS NA EXECUÇÃO DE TODOS OS SEUS CONTRATOS (salários, encargos, benefícios sociais, insumos etc), totalizou R\$ 54.837.781,20 no último ano, ou seja, tudo que gastou para prestar seus serviços.

Já na mesma em sua "DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO" declarou, somente o faturamento do mesmo custo, um valor de R\$ R\$ 67.014.218,5, este último valor superior em R\$ R\$ 12.176.437,30 ao declarado em sua DRE como o total gasto para prestar seus serviços no ano de 2021. Assim, há dois valores diferentes, sendo que somente esse último valor, relativo a pessoal, demonstra um valor muito baixo para que se tenha créditos fiscais.

A Recorrida considerou em sua proposta os seguintes percentuais de PIS e COFINS, após as deduções:

a) PIS: PARTICIPAÇÃO DOS CRÉDITOS EM RELAÇÃO À CONTRIBUIÇÃO APURADA - 85%

b) COFINS: PARTICIPAÇÃO DOS CRÉDITOS EM RELAÇÃO À CONTRIBUIÇÃO APURADA - 85%

A D&L declarou, conforme documentos denominados "REGISTROS FISCAIS - CONSOLIDAÇÃO DAS OPERAÇÕES POR CST (CÓDIGO DE SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA) - um total de insumos/serviços, classificando-os conforme sua origem/finalidade em:

a) CST - Código de Situação Tributária 50: Operação com Direito a Crédito Vinculada Exclusivamente a Receita Tributada no Mercado Interno;

b) CST - Código de Situação Tributária 73: Operação de Aquisição a Alíquota Zero;

c) CST - Código de Situação Tributária 99: Outras Operações de Entrada.

Observe que insumos/serviços classificados no código 73 sequer geram créditos a serem utilizados como abatimento na apuração dos impostos devidos.

As aquisições relativas aos códigos CST 50, 73 e 99, respectivamente, representaram, segundo relatórios encaminhados pela Recorrida, nos 12 meses que considerou, custos dedutíveis;

Considerando que os créditos registrados na CST - Código de Situação Tributária - 50, que compreendem a aquisição de insumos/serviços vinculados à atividade-fim, em sua somatória, e ainda, que os valores gastos com pessoal, registrados na Declaração de Valor Adicionado, evidencia-se que tais aquisições da CST (50) não estão contempladas totalmente no custo declarado, uma vez que no Balanço Patrimonial não há registro de estoques no Ativo Circulante, o que poderia caracterizar o não reconhecimento total dos custos das aquisições.

Assim, em tese, o que se mostra é que o tributo que será recolhido, em relação à equação "apurado x créditos aproveitados", mostra-se inconsistente.

Ao analisarmos os créditos considerados para abater o PIS/COFINS recolhido no período de 12 meses informado, inclusive, viu-se que tais créditos, são superiores aos valores totais declarados como CUSTO DAS MERCADORIAS/SERVIÇOS.

Ora, se as deduções informadas conforme classificações acima (CST 50, 73 e 98) não podem incluir salários e encargos sociais, por exemplo, conclui-se que o total de aquisições para a prestação dos serviços, refere-se apenas a insumos e custos com a própria execução dos serviços, já que não há registro de estoques que pudessem abrigar as aquisições realizadas e declaradas na CST.

Assim, se não há registros no estoque, pode-se inferir que todas as aquisições informadas na CST-50 são custos incorridos na execução dos serviços e que deveriam estar contabilizados no CUSTO TOTAL DOS SERVIÇOS PRESTADOS, o que entendemos não estar evidenciado nas Demonstrações Contábeis (DRE) da Recorrida.

Vê-se, claramente, que os números não são coincidentes e;

Também se destaca que, embora tenha utilizado créditos decorrentes de aquisições de insumos/serviços, conforme seus demonstrativos de "Consolidação das Operações por CST", na sua Demonstração do Valor Adicional consta que foram adquiridos "insumos de terceiros"

Observam-se, assim, enormes divergências que necessitam ser esclarecidas, pois os valores informados não guardam consistência, o que nos impede de aferir a regularidade dos dados apresentados para cumprir os requisitos de habilitação do edital.

O que se espera com o devido conhecimento desse recurso é que sejam solicitados à Recorrida os esclarecimentos sobre as inconsistências apresentadas acima, as quais, apenas com os documentos já juntados, não são suficientes para atestar sua regularidade, em face das inúmeras divergências já pontuadas.

Não se está a afirmar que os documentos apresentados pela Recorrida são inidôneos. Até por respeito ao princípio da boa-fé. Porém, não podemos deixar de ressaltar que, definitivamente, a questão tributária, com impostos excepcionalmente reduzidos, foi primordial para que a Recorrida lograsse êxito na licitação. Assim, não devem pairar dúvidas sobre a composição dessa equação tributária, o que, em face dos documentos juntados, não pode ser aferida, razão pela qual se aviou o presente recurso, para que a Recorrida possa comprovar, de maneira inequívoca, os percentuais de impostos (PIS/COFINS) que cotou em sua proposta.

### II.3 - Da Análise das Demonstrações Contábeis do Ano de 2021 - Índices:

No que tange aos índices apresentados pela Recorrida, também há inconsistências que demandam, no mínimo, esclarecimentos, eis que, s.m.j., contrariam dispositivos legais, conforme adiante se verá.

Compondo as suas demonstrações contábeis, relativas ao ano de 2021, foi juntada pela Recorrida documento denominado "Análise de Índices", o qual traz discriminados os índices de liquidez (corrente e geral), de solvência e de endividamento total.

Especificamente sobre os índices de "liquidez geral", "solvência geral" e de "endividamento total", foram identificadas ações que não se coadunam com a legislação vigente.

Todas as contas referenciadas estão classificadas dentro "ATIVO", ou seja, são referentes aos bens e direitos da Recorrida. Até aí, tudo bem.

Pois bem, senhores, como acima destacado, a Recorrida considerou, para cálculo dos referidos índices, o valor total de conta contábil que não deveria considerar, pois o normativo relativo à matéria assim o prevê.

#### - DO COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CVM:

Nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 25, emanado da CVM - Comissão de Valores Mobiliários, entidade normativa no Brasil, os denominados "ativos contingentes" devem ser objeto de tratamento especial.

Preliminarmente, entende-se por contingência "uma condição ou situação cujo resultado final, favorável ou desfavorável, depende de eventos futuros incertos" (disponível em [www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/passivoseativoscontingentes.htm](http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/passivoseativoscontingentes.htm)).

Ainda segundo a definição técnica do citado portal, "contingências ativas que, por atendimentos aos princípios contábeis, não devam ser reconhecidos contabilmente, devem ser divulgados em nota com a descrição da sua natureza, o valor potencial e a expectativa da companhia sobre a sua eventual realização".

"Em atendimento ao Princípio do Conservadorismo (Prudência), esses ganhos não devem ser contabilizados enquanto não estiver efetivamente assegurada a sua obtenção em decisão final para a qual não caibam mais quaisquer recursos ...". (destaque nosso).

Voltando ao regramento técnico emanado da CVM - CPC 25, temos estabelecido que:

- Ativo contingente:

31. A entidade não deve reconhecer um ativo contingente;

32. Os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Um exemplo é uma reivindicação que

a entidade esteja reclamando por meio de processos legais, em que o desfecho seja incerto.

[...]

Portanto, senhores julgadores, segundo as normas e entendimentos citados, a Recorrida não deveria ter considerado o valor referente ao ativo contingente, com a finalidade de calcular seus índices de liquidez geral, solvência geral e endividamento total, eis que o valor referente ao Ativo Realizável a Longo Prazo e, por consequência, do Ativo Total, foram elevados em função da consideração, em desconformidade com as normas vigentes, do referido valor contingenciado.

Nos termos orientativos citados, a Recorrida deveria ter incluído em suas notas explicativas os valores contingenciados, eis que tratam de informações relevantes.

À vista de todo o exposto, conclui-se que o expurgo do valor referente ao ativo contingente, dos cálculos apresentados pela Recorrida, fará com que seus índices de liquidez e solvência diminuam e, obviamente, que seu grau de endividamento seja substancialmente elevado.

Diante de tudo o que foi exposto, s.m.j., há inconsistências graves quanto à formação de preços da planilha da empresa ora considerada vencedora, as quais influem significativamente no valor de seu custo final, sobretudo, quando a tributação alcança boa parte do custo e do lucro da empresa, influenciando sobremaneira nos números finais alcançados.

III – Dos Pedidos:

Por todo o exposto, é a presente para requerer a Vossa Senhoria seja recebida esta peça no seu EFEITO SUPENSIVO, e ao final acolhido integralmente o presente recurso para que:

a) Sejam solicitados à RECORRIDA os esclarecimentos necessários à elucidação dos diversos pontos levantados nesta peça e, caso confirmadas, sejam reconhecidas as inconsistências e erros que compuseram a planilha de custos da empresa considerada vencedora do pleito, com o fim de declará-la inabilitada/desclassificada, com o consequente restabelecimento do regular andamento do certame e, ato seguinte, a convocação da próxima licitante classificada, nos termos da legislação de regência;

b) No caso de não acolhimento, o encaminhamento à autoridade superior, em grau de recurso hierárquico

Brasília/DF, 13 de julho de 2022.

**Fechar**

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR DOUTOR PREGOEIRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO TRE- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2022  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0011260-54.2021.6.05.8000

MAXSERV SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA., sociedade empresária regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.145.970/0001-36, estabelecida à rua Edgar Viana, quadra 04, lote 10, Itinga, Lauro de Freitas-BA vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria vem, conforme permitido na Lei Federal nº 8666/93, em seu art. 109,I, em tempo hábil, à presença de Vossa Senhoria, a fim de interpor RECURSO ADMINISTRATIVO contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que julgou habilitada a licitante D&L SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA, apresentando no presente as razões de fato e de direito a seguir.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização, com cessão de mão de obra residente e com fornecimento de material de consumo e equipamentos, sob o regime de empreitada por preço global, observando-se o regime unitário apenas em relação ao fornecimento dos materiais, das áreas internas e externas do edifício-sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e seus anexos (Anexo I – Cartórios eleitorais da Capital e Central de Atendimento ao Público; Anexo II; e o novo Anexo III ) e do Centro de Apoio Técnico – CAT (Depósito de Urnas Eletrônicas e Almoxarifado Central), conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência.

#### I - DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO:

O Item 11.2.3 do edital prevê o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões recursais.

A declaração da empresa tida como vencedora do certame ocorreu em 07/07/2022, logo, de acordo com o Item 11.2.3 do Edital, que prevê o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões recursais, este tem o seu termo final em 13/07/2022.

#### II - RECURSO ADMINISTRATIVO

Em razão de inúmeras inconstitucionalidades e ilegalidades identificadas no processo administrativo que culminou na declaração de vencedor a D&L SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA, que faz nos seguintes termos:

#### III - DAS RAZÕES DA RECORRENTE:

No ensejo de realizar “Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de mão de obra terceirizada, de forma contínua, instalada, para atender as demandas TRE, fez publicar o Edital do “PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2022”.

Encerrada a etapa competitiva do certame, a empresa “D&L SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA” foi declarada como vencedora do certame.

Ocorre que a declaração da empresa “D&L SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA” foi como vencedora do certame foi ILEGAL, devendo ser ANULADA.

Tudo como restará demonstrado a seguir:

#### IV - DA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. DO DESCUMPRIMENTO DO EDITAL.

Inicialmente, cumpre destacar que os licitantes devem obediência ao edital, sendo necessário o atendimento aos requisitos estampados no instrumento convocatório para fins de habilitação no certame, tudo isto em atendimento ao princípio da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, forte no art. 3º da Lei nº8.666/93, senão vejamos:



Art. 3o - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Demais disso, é cediço que a apresentação das propostas deve contemplar os valores praticados no mercado, sob pena de contrariar ao quanto disposto no art. 43 da Lei nº 8.666/93, conforme se infere abaixo:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:  
(...)

IV - verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis.

De mais a mais, a legislação federal que regulamenta a matéria determina que, na fase preparatória à licitação, seja realizada ampla pesquisa de preço para formulação do Termo de Referência que é parte integrante do edital, conforme se extrai do art. 15 da Lei nº 8.666/93:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

I - atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas;

II- ser processadas através de sistema de registro de preços;

III - submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado;

IV - ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade;

V - balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.

§ 1o O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado.

É nesse sentido que o Edital determina que cabe ao licitante a apresentação de proposta considerando todos os custos relativos à execução do contrato, bem como a tributação condizente com a legislação regente, sob pena de desclassificação no certame, conforme se extrai do item 8.4 do instrumento convocatório, abaixo transcrito in verbis:

8.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.4.1 não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.4.2 contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.4.3 não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.4.4 apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

Infere-se que a arrematante do certame não observou o quanto estabelecido no instrumento convocatório, eis que, conforme se observa dos autos do processo administrativo, a mesma não elaborou sua proposta com as informações exigidas no Termo de Referência, o que induz à desclassificação da mesma do certame.

Pode-se pontuar os seguintes descumprimentos ao edital a ensejar a desclassificação da recorrida:

#### V - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

A indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO;

Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados

mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

Ainda, o Edital prevê expressamente a desclassificação da proposta ou lance vencedor que apresentem valores inferiores àqueles exigidos por meio de instrumentos de caráter normativo – como é o caso das “Convenções Coletivas de Trabalho”. Desta forma: EDITAL

#### VI - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias, acordo, dissídio ou convenção coletivas de trabalho vigentes.

Outrossim, o Ato Convocatório impede a “readequação” do valor para que este deixe de se caracterizar com inexequível caso este contrarie exigências legais, que, vale repetir, é o caso das exigências constantes das “Convenções Coletivas de Trabalho”. Assim:

#### VII - EDITAL

A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

#### IX - CLT

Art. 611 - Convenção Coletiva de Trabalho é o acordo de caráter normativo, pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho.

#### VIII - CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXVI - reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;

#### IX - DA VANTAGEM COMPETITIVA - COTAÇÃO DO VALE TRANSPORTE A MENOR QUE DECRETO MUNICIPAL ESTIPULADO PARA SALVADOR

Infere-se que a arrematante do certame não observou o quanto estabelecido no instrumento convocatório, eis que, conforme se observa dos autos do processo administrativo, a mesma não elaborou sua proposta com as informações exigidas no Termo de Referência, o que induz à desclassificação da mesma do certame.

De forma gritante a D&L apresentou valor para a rubrica de vale transporte, a menor que o estipulado para a Cidade de Salvador. É sabido por todos que o Prefeito da Capital, anunciou um reajuste na tarifa de ônibus de Salvador. A passagem passou de R\$ 4,40 para R\$ 4,90 DESDE 04 de junho de 2022.

Vale salientar que, várias licitações ocorreram deste período para cá e todas empresas que elaboram suas planilhas de custo de forma correta e exequível, vem trabalhando com o valor atual, ou seja R\$ 4,90. Assim sendo Sra. Pregoeiro, não há argumentos e nem justificativas para uma empresa apresentar valor menor que o estipulado para vale transporte ou qualquer outro benefício. A empresa D&L obteve claramente vantagem competitiva frente aos demais licitantes, senão vejamos:

\*\*\* Valor da D&L aceito - com custo de VT a menor: R\$ 5.041.050,71

\*\*\* Valor que deveria ser da D&L, com custo do VT CORRETO: R\$ 5.084.709,65

Ou seja, a empresa simplesmente foi beneficiada, pois foi declarada vencedora, com erro nos cálculos da planilha de custo, que culminou em uma diferença de R\$ 43.658,94 (QUARENTA E TRÊS MIL, SEISCENTOS E CINCENTA E OITO REAIS E NOVENTA E QUATRO CENTAVOS)

R\$ 43.658,94, Douta Pregoeira. Esta é a diferença (e não é pouca) que a empresa D&L se beneficiou, tão somente no item: Vale Transporte.

Resta claro que, a empresa declarada vencedora obteve disparadamente, vantagem competitiva e ferindo do gravemente o princípio da isonomia, que assegura que: "a equalização das normas e dos procedimentos jurídicos entre os indivíduos, garantindo que a lei será aplicada de forma IGUALITÁRIA entre as pessoas, levando em consideração suas desigualdades para a aplicação dessas normas."

#### X – DO VALOR INEXEQUÍVEL PARA MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Sem se contentar, além da empresa obter 43 mil de vantagem no item vale transporte, a mesma apresentou também valores irrisórios e inexecutáveis para materiais e equipamentos.

A Comissão de licitação, vislumbrando administrar e garantir um processo licitatório isonômico, já prevendo que empresas orçem em suas planilhas de custo, valores de materiais inexecutáveis e que podem prejudicar o bom andamento do futuro contrato, anexou em formato excel, a relação de materiais e equipamentos necessários, com os respectivos valores de mercado; valores que correspondem com a realidade, para que todos apresentem valores dentro daquele cenário. Porém a empresa D&L, orçou valores completamente surreais; que por consequência reduziu significativamente o valor global da sua planilha, senão vejamos alguns exemplos:

- Cera preta para piso emborrachado
  - Valor estimado edital: 16,69
  - Valor da D&L: 6,00
- Desinfetante líquido germicida
  - Valor estimado edital: 9,62
  - Valor da D&L: 2,95
- Detergente neutro concentrado
  - Valor estimado edital: 15,60
  - Valor da D&L: 1,70
- Luva de borracha própria para atividades insalubres
  - Valor estimado edital: 23,46
  - Valor da D&L: 13,00
- Papel higiênico de luxo (fardo com 64 rolos, agrupados em 04 de 40m cada, picotado, extra-macio, resistente, branco folha dupla, absorvente, alta qualidade, extra fino, liso neutro, sem perfume, 100% fibras celulósicas, não perecível)
  - Valor estimado edital: 102,76
  - Valor da D&L: 86,00
- Polidor de metais
  - Valor estimado edital: 18,15
  - Valor da D&L: 16,60
- Sabonete líquido concentrado
  - Valor estimado edital: 11,98
  - Valor da D&L: 4,60
- Saco de lixo 100 lt
  - Valor estimado edital: 0,69 cada
  - Valor da D&L: 0,24
- Saco de lixo 200 lt
  - Valor estimado edital: 1,13 cada
  - Valor da D&L: 0,36

- Saco de lixo 60 lt
  - Valor estimado edital: 0,33 cada
  - Valor da D&L: 0,13
- Saco de lixo 300 lt
  - Valor estimado edital: 1,49 cada
  - Valor da D&L: 1,26
- Saco de lixo 200 lt
  - Valor estimado edital: 1,25 cada
  - Valor da D&L: 0,36
- Terra vegetal
  - Valor estimado edital: 1,80 x 5000 kg = 6.750,00
  - Valor da D&L: 0,39 x 5000 kg = 1950,00
- Enceradeira industrial bralimpia
  - Valor estimado de mercado = 3.919,70
  - Valor da D&L: 100,00
- Aspirador de pó
  - Valor estimado de mercado = 408,65
  - Valor da D&L: 100,00

Nota-se a empresa D&L utilizou valores irrisórios, na maioria dos materiais e equipamentos. E se compararmos os valores totais estimados do edital versus a planilha da D&L obteremos a seguinte diferença:

#### MATERIAIS SERVENTE

- Estimado edital: R\$ 20.610,60
- Valor D&L: R\$ 14.239,99
- Diferença: R\$ 6.370,61

#### MATERIAIS JARDINAGEM

- Estimado edital: R\$ 9.973,20
- Valor D&L: R\$ 3.826,40
- Diferença: R\$ 6.146,80

#### TOTAL VANTAGEM DA EMPRESA D&L NESTE PROCESSO LICITATÓRIO:

R\$ 43.658,94 – Vale transporte  
R\$ 6.370,61 – Materiais servente  
R\$ 6.146,80 Materiais jardinagem

TOTAL R\$ 56.176,35

Douta Comissão, diante do exposto não há o que se falar no que tange preços inexequíveis. Está comprovada que a empresa supracitada, se beneficiou com tais valores a menor que o devido. Colocando as demais empresas em completa desvantagem competitiva. Solicitamos que a decisão de manter a empresa vencedora seja anulada.

#### XI - DA RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO TRE:

Por fim, questão relevante é a da “RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO TRE”.

Perceba douta Pregoeira Oficial do TRE que, uma vez que a empresa declarada como vencedora do certame cotou valores abaixo do real em suas “Planilha de Custos e Formação de Preços” a exemplo do vale transporte - quando do termino do contrato, a Administração será penalizada ante a sua responsabilidade (subsidiária) pelo pagamento dos direitos trabalhistas não cotados pela empresa “D&L SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA”, que refletirão ALTÍSSIMOS PASSIVOS TRABALHISTAS, inclusive com responsabilização pessoal do responsável pela ilegal contratação.

Sem dúvida alguma, é dever da Administração Pública assegurar que a empresa a ser contratada cumpra com as

suas obrigações legais, ainda mais em face da RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA ante as obrigações trabalhistas não cumpridas pela empresa contratada.

Ante tudo o quanto acima exposto, urge que esta douta Pregoeira Oficial do TRE ANULE a declaração da pela empresa "D&L SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA" como vencedora do "PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2022".

## XII - CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ora douta pregoeira oficial do TRE, a impetração de Mandado de Segurança junto ao Poder Judiciário ou a interposição de Reclamação junto ao TCU é um direito da parte que poderá – ou não – ter o seu pleito reconhecido. Mas, jamais, tal direito pode se caracterizar com verdadeira "ameaça de aplicação de pena" a um gestor público. Ainda mais quando, é certo que, nem o Poder Judiciário, nem o TCU, darão guarida a empresa que apresentou "Planilha de Custos e Formação de Preços" em absoluto desacordo ao quanto determinado no bojo de Convenção Coletiva de Trabalho que, como acima detalhadamente explicitado, possui força de lei ante o seu caráter normativo.

Indubitavelmente, não deve esta douta Pregoeira do TRE se curvar a pretensas ameaças de licitante que – ciente da impossibilidade de "adequação" das suas "Planilhas de Custos e Formação de Preços" – pretende, a qualquer custo, assumir o serviço licitado.

## XIII - DO PEDIDO:

Ante tudo o quanto aqui exposto, roga a "MAXSERV SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA" a esta douta Pregoeira Oficial – que sempre zelou pela legalidade das licitações promovidas pelo "TRE/BA" – que o pedido do presente "RECURSO ADMINISTRATIVO HIERÁRQUICO" seja julgado INTEIRAMENTE PROCEDENTE para que, em termos finais:

a) seja anulada a decisão que declarou a empresa "D&L SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA" como vencedora do "PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2022" e

b) por via de consequência, em atendimento ao Item 8.16 do Edital, sejam examinadas as propostas ou lances subsequentes, na ordem de classificação.

Caso, após detida análise das razões aqui apresentadas, decida esta autoridade julgadora manter a ilegal decisão ora recorrida, seja o presente "Recurso Administrativo" encaminhado à INSTANCIA HIERARQUICAMENTE SUPERIOR, para que tome conhecimento deste e promova o seu julgamento para, ao final, deferir o pedido do presente Recurso.

Por fim, tempestiva a presente promoção, se requer a este douta Pregoeira Oficial do TRE que a receba como recurso, ex-vi legis, inclusive atribuindo-lhe efeito suspensivo, isto em atendimento ao quanto preceituado no § 2º do Art. 109 da Lei Nº 8.666/1993.

Termos em que

Pede deferimento.

Lauro de Freitas, 13 de julho de 2022

MAXSERV SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA.  
CNPJ/MF nº 04.145.970/0001-36

**Fechar**

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### **CONTRARRAZÃO :**

ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2022  
Processo nº 0011260-54.2021.6.05.8000

EMPRESA: D&L SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA.

CONTRARRAZÕES AO RECURSO INTERPOSTO PELA EMPRESA APECÊ SERVIÇOS GERAIS LTDA.

D & L SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.172.237/0001-24, com sede na Rua Tibúrcio Cavalcante, 2902, Dionísio Torres, nesta capital, CEP - 60.125-101, representada neste ato por seu procurador, que ao final subscreve, vem, respeitosamente, apresentar CONTRARRAZÕES ao de Recurso interposto pela empresa APECÊ SERVIÇOS GERAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 00.087.163/0005-87 referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2022, promovido pelo TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, amparada pelo Artigo 4º, XVIII da Lei 10.520/2002 e Item 13.5 do Edital, expondo e requerendo o seguinte:

#### 1. DOS FATOS

A empresa D & L SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA foi declarada vencedora do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2022. Uma vez vencida, a empresa APECÊ SERVIÇOS GERAIS LTDA. interpôs recurso nos termos do intencionalamento apresentado nos autos.

Restará esclarecido que não merece ser acolhido as razões do recurso da empresa APECÊ SERVIÇOS GERAIS LTDA., ora recorrente, pois a mesma não apresenta justificativas legais para as alegações a que faz menção, por isso refuta-se abaixo o recurso da empresa recorrente, comprovando que a empresa D&L SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA. cumpriu todos os termos do edital.

#### 2. DO MÉRITO

##### 2.1. DA HABILITAÇÃO.

##### 2.1.1. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA.

A empresa APECÊ SERVIÇOS alega que a empresa recorrida não preenche os requisitos da Qualificação Econômica Financeira.

Cumprir destacar que a empresa recorrente não demonstrou especificamente qual aspecto a empresa D&L Serviços teria descumprido. Trata-se de razões recursais genéricas e sem qualquer fundamentação fática ou jurídica que possa alterar a decisão do Pregoeiro que julgou a empresa habilitada e classificada.

Ademais, é de bom alvitre esclarecer, que a D&L SERVIÇOS, executa vários outros contratos junto à Administração Pública, sendo assim, suas qualificações técnicas e financeiras foram objeto de estudo em diversos setores responsáveis nos entes da Administração Pública.

De forma superficial a empresa APECÊ SERVIÇOS alega que a empresa recorrida não havia apresentado o balanço patrimonial, na forma correta, entretanto, sem demonstrar as razões de suas alegações.

As demonstrações contábeis da empresa D&L SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVOS LTDA foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro "IFRS". Sempre em consonância com as referidas, atendendo às determinações da Lei 11.638/07, da Lei 11.941/09 e aos pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

Diante do exposto, resta comprovado que a recorrente tenta apenas protelar a decisão que classificou e habilitou a empresa D&L SERVIÇOS no presente Pregão Eletrônico sem demonstrar, para tanto, qualquer fundamento fático ou jurídico que possa alterar a decisão do pregoeiro.

Ora, a jurisprudência administrativa corrobora para o entendimento da recorrida, no sentido de que ao preencher os requisitos do Edital, não há qualquer impedimento para sua habilitação, segue:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - INDEFERIMENTO DE LIMINAR - MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO -

REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA - COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA - LICITANTE VENCEDOR - REQUISITOS ESTABELECIDOS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO - CONSONÂNCIA COM A PREVISÃO NA LEI Nº 8.666 /93 - INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE. 1- O processo licitatório, como exigência obrigatória na Administração Pública, tem objetivos de proporcionar a realização do negócio mais vantajoso para a Administração Pública e de assegurar, em condições de igualdade, a participação dos administrados nos negócios que pretende realizar com particulares; 2- A licitação será processada e julgada em conformidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo; 3- O edital - ao qual estão vinculados licitantes e a Administração Pública - torna público o processo licitatório, fixa o seu objeto, bem como as condições para a participação dos interessados e o cumprimento do objeto, a modalidade e o tipo da licitação; 4- A lei admite a modalidade do Regime Diferenciado de Contratações Públicas, na qual, em regra, a apresentação dos documentos de habilitação será exigida apenas do licitante vencedor; 5- A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e justificados no processo administrativo da licitação, sendo vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação. TJ-MG - Agravo de Instrumento-Cv AI 10000190207654001 MG (TJ-MG) Jurisprudência•Data de publicação: 12/07/2019

Portanto, o recurso administrativo apresentado pela empresa APECÊ SERVIÇOS deve ser julgado improvido.

## 2.2.2. ALÍQUOTAS DE PIS E COFINS. DA TRIBUTAÇÃO EFETIVA DA D&L SERVIÇOS, DA PREVISÃO DO EDITAL.

A APECÊ SERVIÇOS alega supostas irregularidades na cotação das alíquotas de PIS e de COFINS na proposta apresentada pela D&L SERVIÇOS.

Foram apresentadas ilações, data vênua, aleatórias e irreais para tentar desacreditar a documentação juntada pela D&L SERVIÇOS no presente procedimento licitatório. Contudo, percebe-se que a recorrente tenta apenas tumultuar o bom andamento do presente certame, em razão do seu inconformismo com a derrota no procedimento licitatório em comento.

A recorrida cumpriu o comando legal e cotou em sua proposta o PIS e a COFINS, com base na média das alíquotas efetivas ao longo dos últimos 12 (doze) meses, em razão da sistemática não-cumulativa de tais tributos, nos termos do que preveem a Lei nº. 10.637/2002 e a Lei nº. 10.833/2003.

Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União possui entendimento pacífico quanto à possibilidade da utilização de tal procedimento:

"REPRESENTAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2008. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE FORMA DE TRIBUTAÇÃO. NEGATIVA DE RECURSO. CONCESSÃO DE CAUTELAR. AGRAVO. INSUBSISTÊNCIA DA CAUTELAR. AUTORIZADA A EXECUÇÃO DO CONTRATO JÁ FIRMADO. OITIVAS. PROCEDÊNCIA PARCIAL. DETERMINAÇÕES. CIÊNCIA AO REPRESENTANTE.

Não ofende a Lei de Licitações e Contratos a previsão, em editais licitatórios, de apresentação, pelas empresas licitantes, de informações acerca do regime tributário a que estão submetida, com o objetivo de subsidiar a análise da pertinência das alíquotas inseridas nas Planilhas de Custo e Formação de Preços, ou outro instrumento equivalente.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

[...]

9.3. alertar a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, do Ministério do Trabalho e Emprego, que nas suas licitações em geral, tanto na fase de orçamentação, quanto na fase de análise das propostas, atente para a possibilidade de que as alíquotas referentes ao PIS e à COFINS, no que se refere às licitantes que sejam tributadas pelo Lucro Real, sejam diferentes do percentual limite previsto em lei, devido às possibilidades de descontos e/ou compensações previstas, devendo exigir, se for o caso, que as alíquotas indicadas, nominais ou efetivas reduzidas, sejam por elas justificadas, em adendo à Planilha de Custo ou Formação de Preços, ou outro instrumento equivalente;"

(TCU, Acórdão 1619/2008-Plenário, Relator: André Luís de Carvalho)

Com efeito, além de previsto no edital, percebe-se que o procedimento adotado pela D&L SERVIÇOS é autorizado pelo Tribunal de Contas da União.

Portanto, ao contrário do que a recorrente tenta fazer parecer, não há nada de irregular no procedimento adotado pela D&L. Muito pelo contrário, este encontra base legal e jurídica na legislação em vigor, no texto do edital e no entendimento firmado pelo TCU.

No que diz respeito às ilações feitas pela APECÊ SERVIÇOS, sobre os valores dos créditos, melhor sorte não assiste à recorrente. Afinal, não é dela a competência para questionar os valores dos créditos utilizados pela D&L em suas operações tributárias, cabendo exclusivamente à Receita Federal do Brasil – RFB.

Nesse jaez, é necessário destacarmos que todos os créditos utilizados para abater os débitos de PIS e de COFINS são devidamente declarados pela empresa à RFB por meio do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, no qual é feita a discriminação dos valores que a empresa se creditou e da procedência destes.

Assim sendo, se a Receita Federal do Brasil, que é a autoridade competente para analisar as compensações feitas pela D&L, vem deferindo e homologando os valores declarados, não nos parece possível ignorar esse procedimento e, com base apenas nas ilações feitas pela APECÊ SERVIÇOS, afastar as alíquotas de PIS e COFINS que a recorrida efetivamente pratica e que foram cotadas na presente licitação.

Além disso, é preciso destacarmos que a recorrida apresentou as cópias de suas EFD-Contribuições, de modo a comprovar documentalmente as alíquotas efetivamente praticadas pela empresa, com base em sistemática tributária que não só é prevista legalmente, como também é autorizada pelo TCU e pelo edital.

Em resumo, conclui-se que: 1) o procedimento adotado pela D&L, de redução de suas alíquotas de PIS e de COFINS, está consubstanciado na sistemática não-cumulativa desses tributos, conforme a Lei nº. 10.637/2002 e a Lei nº. 10.833/2003; 2) o referido procedimento é expressamente permitido pelo edital; 3) o Tribunal de Contas da União admite e recomenda que tal procedimento seja levado em consideração quando da análise da exequibilidade das propostas apresentadas; e 4) a Receita Federal do Brasil deferiu e homologou todos os valores declarados pela D&L, conforme planilha anexada, não havendo qualquer óbice ou irregularidade nos valores dos créditos utilizados para reduzir as alíquotas dos referidos tributos.

Dessa forma, ao contrário do que a APECÊ SERVIÇOS tenta fazer parecer, percebe-se que NÃO HÁ qualquer irregularidade na proposta apresentada pela D&L, sendo que os valores cotados a título de PIS e COFINS pela empresa recorrida estão dentro de sua realidade tributária, conforme vastamente demonstrado e comprovado ao longo de sua documentação.

Portanto, em respeito aos referidos princípios, percebe-se que não há motivos para que haja a desclassificação da D&L SERVIÇOS do presente certame, devendo ser mantida a decisão que a declarou classificada e vencedora da disputa.

### 3. DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, requer ao Ilustre Pregoeiro que mantenha sua decisão que declarou a D&L SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA. vencedora do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2022 e julgue IMPROCEDENTE o recurso apresentado pela empresa APECÊ SERVICOS GERAIS LTDA, por ser totalmente carente de fundamentação fática/jurídica.

Nestes termos, pede deferimento.

Fortaleza, 18 de julho de 2022.

---

D&L SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA

**Fechar**



## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### CONTRARRAZÃO :

ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2022  
Processo nº 0011260-54.2021.6.05.8000

EMPRESA: D&L SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA.

CONTRARRAZÕES AO RECURSO INTERPOSTO PELA EMPRESA MAXSERV SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA.

D & L SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.172.237/0001-24, com sede na Rua Tibúrcio Cavalcante, 2902, Dionísio Torres, nesta capital, CEP – 60.125-101, representada neste ato por seu procurador, que ao final subscreve, vem, respeitosamente, apresentar CONTRARRAZÕES ao de Recurso interposto pela empresa MAXSERV SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 04.145.970/0001-36 referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2022, promovido pelo TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, amparada pelo Artigo 4º, XVIII da Lei 10.520/2002 e Item 13.5 do Edital, expondo e requerendo o seguinte:

#### 1. DOS FATOS

A empresa D & L SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA. foi declarada vencedora do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2022. Uma vez vencida, a empresa MAXSERV SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA. interpôs recurso nos termos do intencionalamento apresentado nos autos.

Restará esclarecido que não merece ser acolhido as razões do recurso da empresa MAXSERV SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA., ora recorrente, pois a mesma não apresenta justificativas legais para as alegações a que faz menção, por isso refuta-se abaixo o recurso da empresa recorrente, comprovando que a empresa D&L SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA. cumpriu todos os termos do edital.

#### 2. DO MÉRITO

##### 2.1. DA HABILITAÇÃO.

##### 2.1.1. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

A empresa MAXSERV SERVIÇOS alega que a empresa recorrida não preencheu a proposta de forma correta. Alega que a empresa não indicou, no momento do cadastramento da proposta a Convenção Coletiva e o CBO.

Ora, o recurso da empresa MAXSERV Serviços se mostra superficial, em simples análise do cadastramento da empresa D&L Serviços, no sistema Comprasnet é possível verificar as informações que é objeto do presente recurso, vejamos:

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização, com cessão de mão de obra residente e com fornecimento de material de consumo e equipamentos, sob o regime de empreitada por preço global, observando-se o regime unitário apenas em relação ao fornecimento dos materiais, das áreas internas e externas do edifício-sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e seus anexos localizados na capital do estado da Bahia. Item: 1 - Serviço especializado de limpeza. Serviços continuados de limpeza, conservação e higienização, com cessão de mão de obra residente e com fornecimento de material de consumo e equipamentos, sob o regime de empreitada por preço global, observando-se o regime unitário apenas em relação ao fornecimento dos materiais, das áreas internas e externas do edifício-sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e seus anexos localizados na capital do estado da Bahia, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência (Anexo I do Edital). OBS: A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o VALOR TOTAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PARA OS 24 (VINTE E QUATRO) MESES DE CONTRATAÇÃO, já considerados e inclusos todos os custos com fornecimento de material, bem como todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto, inclusive os acréscimos relativos ao ano eleitoral. CBO:5143-20. CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2022/2022 - BA000008/2022 - a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022 e a data-base da categoria em 01º de janeiro. - TERMO ADITIVO A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2022/2022 - BA000040/2022 - a vigência do presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022 e a data-base da categoria em 01º de janeiro. Proposta válida por 60 (sessenta) dias. Declaramos que nos preços propostos foram inclusos todos os custos de qualquer natureza que possam incidir direta ou indiretamente no objeto da presente licitação.

Diante do exposto, resta comprovado que a recorrente tenta apenas protelar a decisão que classificou e habilitou a empresa D&L SERVIÇOS no presente Pregão Eletrônico sem demonstrar, para tanto, qualquer fundamento fático ou jurídico que possa alterar a decisão do pregoeiro.

Ora, a jurisprudência administrativa corrobora para o entendimento da recorrida, no sentido de que ao preencher os requisitos do Edital, não há qualquer impedimento para sua habilitação, segue:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - INDEFERIMENTO DE LIMINAR - MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA - COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA - LICITANTE VENCEDOR - REQUISITOS ESTABELECIDOS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO - CONSONÂNCIA COM A PREVISÃO NA LEI Nº 8.666 /93 - INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE. 1- O processo licitatório, como exigência obrigatória na Administração Pública, tem objetivos de proporcionar a realização do negócio mais vantajoso para a Administração Pública e de assegurar, em condições de igualdade, a participação dos administrados nos negócios que pretende realizar com particulares; 2- A licitação será processada e julgada em conformidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo; 3- O edital - ao qual estão vinculados licitantes e a Administração Pública - torna público o processo licitatório, fixa o seu objeto, bem como as condições para a participação dos interessados e o cumprimento do objeto, a modalidade e o tipo da licitação; 4- A lei admite a modalidade do Regime Diferenciado de Contratações Públicas, na qual, em regra, a apresentação dos documentos de habilitação será exigida apenas do licitante vencedor; 5- A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e justificados no processo administrativo da licitação, sendo vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação. TJ-MG - Agravo de Instrumento-Cv AI 10000190207654001 MG (TJ-MG) Jurisprudência•Data de publicação: 12/07/2019

Portanto, o recurso administrativo apresentado pela empresa MAXSERV SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA deve ser julgado improvido, tendo em vista que a empresa D&L Serviços preenche os requisitos de habilitação.

### 3. DA PROPOSTA

#### 3.1. DO CORRETO CUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO DA CATEGORIA ASSEIO E CONSERVAÇÃO E DOS INSUMOS.

A recorrente MAXSERV alega que a empresa D&L Serviços descumpriu com a Convenção Coletiva e o edital e, portanto, obteve vantagem competitiva, pois cotou o vale transporte com valor inferior ao praticado atualmente, ressaltando que o TRE-BA poderá ser responsabilizado subsidiariamente pela suposta irregularidade.

O edital cita em seu ANEXO II - ORÇAMENTO ESTIMATIVO, tanto a Convenção utilizada para elaboração dos valores de referência, quanto os valores estimados para o benefício do vale transporte, senão vejamos:

ANEXO II  
ORÇAMENTO ESTIMATIVO  
VALOR (ES) MÁXIMO (S) ADMITIDO (S) PARA CONTRATAÇÃO  
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra 4 - Categoria profissional (vinculada à execução contratual) SEAC x SINDILIMP - BA000008/2022

O Edital indica a Convenção Coletiva que se enquadra com a atividade preponderante da empresa D&L Serviços e a mesma também pode ser observada quando do envio das propostas via sistemas ComprasGov, através do link: [http://comprasnet.gov.br/livre/Pregao/ata2.asp?co\\_no\\_uasg=70013&numprp=132022&f\\_lstSrp=&f\\_Uf=&f\\_numPrp=132022&f\\_codUasg=70013&f\\_tpPregao=E&f\\_lstICMS=&f\\_dtAberturaIni=&f\\_dtAberturaFim=](http://comprasnet.gov.br/livre/Pregao/ata2.asp?co_no_uasg=70013&numprp=132022&f_lstSrp=&f_Uf=&f_numPrp=132022&f_codUasg=70013&f_tpPregao=E&f_lstICMS=&f_dtAberturaIni=&f_dtAberturaFim=), e também nos horários a seguir:

No cadastro da Proposta: (DOCUMENTOS DE PROPOSTA/HABILITAÇÃO (Anexos enviados no cadastro de propostas): 09.172.237/0001-24 - D & L SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA => PE Nº 13-2022 - TRE BA - PROPOSTA CADASTRO.zip => Proposta =>30/06/2022 18:57 Hs. Link: <http://comprasnet.gov.br/livre/Pregao/downloadAnexoProposta.asp?paCod=12196222&prgCod=1031759>.

E, posteriormente, quando do envio da proposta ajustada: 09.172.237/0001-24 => D & L SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA => PE Nº 13-2022 - TRE BA - PROPOSTA AJUSTADA.zip => 01/07/2022 17:31Hs. Link: [http://comprasnet.gov.br/livre/Pregao/download\\_anexo.asp?ipaCod=8122616](http://comprasnet.gov.br/livre/Pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8122616).

Urge destacar que o recurso da empresa MAXSERV SERVIÇOS é superficial e não indica qualquer aspecto jurídico/legal que possa alterar a decisão que julgou a proposta da empresa D&L Serviços correta, em especial, em relação à Convenção Coletiva de Trabalho.

#### 3.2. DA CORRETA COTAÇÃO DOS VALORES DO BENEFÍCIO VALE TRANSPORTE DA CIDADE DE SALVADOR.

A recorrente alega que a empresa D&L Serviços cotou o vale transporte de forma errada, pois, utilizou o valor de R\$ 4,40 (quatro reais e quarenta centavos), ao invés de cotar R\$ 4,90 (quatro reais e noventa centavos). No entanto, os valores inseridos na proposta de preços foram com base nas planilhas do orçamento estimado pela Administração, onde podemos tomar por exemplo a planilha da categoria Servente:

ANEXO II  
ORÇAMENTO ESTIMATIVO  
VALOR (ES) MÁXIMO (S) ADMITIDO (S) PARA CONTRATAÇÃO  
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS  
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.  
A – Transporte 156,08

Da mesma forma foi elaborada a proposta de preços, inclusive, podemos tomar por exemplo a mesma planilha da categoria servente:

PROPOSTA DE PREÇOS  
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS  
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.  
= (26Dias x 2VT/Dia x R\$ 4,40) -(Salário Base x 6%).  
A – Transporte 156,08

Assim sendo, resta claro que não houve erro, uma vez que no orçamento estimado para a licitação, todas as planilhas foram elaboradas com base no vale transporte ao valor de R\$ 4,40 (quatro reais e quarenta centavos).

Assim, levando-se em consideração que o critério de julgamento de licitação na modalidade pregão é sempre o menor preço, o aumento da tarifa do vale transporte e a não atualização do orçamento estimado pelo TRE-BA, em relação à abertura desse certame, bem como não haver esclarecimentos ou avisos sobre a inserção da nova tarifa nas propostas, sobressai a correção da empresa recorrida quando realizou a cotação, conforme as planilhas do orçamento estimado pelo TRE-BA, ou seja, ao valor de R\$ 4,40 (quatro reais e quarenta centavos).

### 3.3. DA CORRETA COTAÇÃO DOS INSUMOS – MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE LIMPEZA.

A empresa MAXSERV alega ainda que a empresa recorrida apresentou materiais e equipamentos que ela considera como inexequíveis. No entanto, a recorrente não tem as informações necessárias para mensurar a margem de lucro e contribuição que a empresa recorrida trabalha.

Inclusive, é do conhecimento de todos que participam de licitações junto aos órgãos da Administração Pública, que o orçamento estimado é elaborado com base na média das pesquisas de mercado e que geralmente, esses orçamentos não são realizados com base nos dados do projeto básico ou termo de referência, sempre há margem de erro, para maior ou menor.

Ademais, o edital cita sobre a responsabilidade do licitante ao ofertar os preços naquele processo licitatório e futuramente a contratação:

#### SEÇÃO X- DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

10.18. A licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

Contudo, percebe-se que a recorrente tenta apenas tumultuar o bom andamento do presente certame, em razão do seu inconformismo com a derrota no procedimento licitatório, tentando desvirtuar a decisão do pregoeiro que aceitou e habilitou a D&L ao pregão em comento.

#### 4. DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, requer ao Ilustre Pregoeiro que mantenha sua decisão que declarou a D&L SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA. vencedora do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2022 e julgue IMPROCEDENTE o recurso apresentado pela empresa MAXSERV SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA, por ser totalmente carente de fundamentação fática/jurídica.

Nestes termos, pede deferimento.

Fortaleza, 18 de julho de 2022.

---

D&L SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA

**Fechar**